



## ACTA N.º 1/2013

### SESSÃO ORDINÁRIA

**Local:** Casa do Povo de Granja.

**Data:** 28/02/2013.

**Iniciada às 20,30 horas e encerrada às 24,00 horas.**

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- I. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR
- II. INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

#### ORDEM DO DIA

- I. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
- II. RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

A sessão iniciou-se com a presença de:

**Presidente da Mesa:** José Ramalho Ilhéu

**Primeiro-Secretário:** Dimas Joaquim Canhão Ferro

**Segundo-Secretário:** António José Lucena Dias

**Membros:** Henrique Lopes de Oliveira

José Pedro Pires dos Reis

Rui Manuel Chilrito Pereira

Ricardo Calixto Borges Cartaxo

Manuel Cerveira Dias

Manuel José Fernandes Pereira

Francisco José Capelas Suzano

Rui Filipe Prata Ramos Reynaud

Joaquim Manuel Galamba Caeiro

Alexandre Maria Rodrigues Mendonça

Aline Margarida Amaral Batista do Rosário



**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Granja** Joaquim Bonito Valadas

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Luz** Francisco Simão Lopes de Oliveira

**Presidente da Junta de**

**Freguesia de Mourão** António José Mendonça Ferreira

A sessão foi presidida pelo Sr. José Ramalho Ilhéu, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por Vítor Manuel Leal Vidigal, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, servindo de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira.

Feita a chamada verificou-se que faltou a Sr.<sup>a</sup> Sara Maria Vidigal Correia, por motivo considerado justificado.

O Sr. Presidente deu início à sessão com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**I – APROVAÇÃO DA ACTA DAS SESSÃO ANTERIOR**

O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a acta da sessão ordinária do dia 28 de Dezembro de 2012, com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros.

Não havendo objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com doze votos a favor, e cinco abstenções dos Srs. Henrique Oliveira, Manuel Cerveira Dias, Ricardo Cartaxo, Francisco Oliveira e Joaquim Caeiro.

**II – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a seguir conhecimento da correspondência endereçada à Assembleia Municipal, a qual poderá ser consultada por qualquer membro, e agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Granja a disponibilização das condições para que aquela sessão decorra na freguesia e fez votos para que a mesma sirva para ajudar a debater e solucionar problemas relacionados com a freguesia, e ainda agradecer e enaltecer a presença de público em número superior ao que é normal nas outras sessões. Mais referiu que irá decorrer no Município, a partir de 6 do próximo mês de Março,



uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças e deu conhecimento de quais os objectivos da mesma auditoria.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Joaquim Valadas para agradecer ao Sr. Presidente da Mesa o facto de ter agendado a sessão para aquela freguesia, bem como a presença de todos e desejou que a sessão decorra de molde a esclarecer e resolver os diversos problemas que afectam a freguesia.

Seguidamente referiu-se aos seguintes assuntos:

- Já é 12.<sup>a</sup> vez que trás à Assembleia Municipal o problema da falta de qualidade da água da freguesia de Granja, e que a Câmara vende na freguesia de Granja vende gato por lebre, ou seja vende água imprópria por água de qualidade, recuando 50 anos, pois as pessoas da freguesia estão a recorrer à água das fontes para consumo e outras utilizações. Há mais de quinze que o Prof. Salsinha entregou na reunião da Câmara uma garrafa de água amarela, e que ele próprio também já demonstrou, ao que o Sr. Presidente da Câmara tem respondido de forma evasiva, remetendo para a falta de brio dos trabalhadores municipais afectos àqueles serviços. Mais apelou para que o Sr. Presidente da Câmara diga de forma clara o que vai fazer para resolver a situação;
- Suscitam-lhe dúvidas os resultados das análises que são feitas à água da freguesia e recorda que não têm sido feitas análises ao alumínio;
- Perguntou se há legalidade para que uma família que consome 25 m<sup>3</sup> de água pague essa água toda pelo 5.<sup>o</sup> escalão, quando deveria de forma escalonada? Para da além da deficiente forma de cálculo do valor a pagar acresce a falta de qualidade da água, o que é uma dupla irregularidade.
- Solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do processo de desafecção de várias parcelas do domínio público para integração no domínio privado do Município, sitas na freguesia de Granja, nomeadamente da Praça de Touros, quando deveria passar para domínio privado da Freguesia;
- Na sequência do protocolo assinado entre a Câmara e a Junta de Freguesia, com a aprovação dos respectivos órgãos deliberativos, para limpeza de valetas, queima de ervas, etc, deveria o Município transferir mensalmente 1.000,00 €, mas o certo é que apenas transferiu um mês;
- Verifica-se discriminação relativamente à transferência de bens para as freguesias, nomeadamente de gasóleo, pois a Junta de Freguesia de Mourão recebe e a da Granja não, e as juntas desenvolvem acções que são da competência da Câmara, sem qualquer contrapartida.

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos:



- A questão da água da freguesia de Granja é uma preocupação de todos, mas julga que a situação piorou após os rebentamentos nas obras da Barragem do Alqueva e com a abertura dos últimos furos aquando da seca, cuja água tem alguns parâmetros que não se conseguem corrigir. A questão da cor da água resulta da qualidade das redes em baixa. A Águas do Centro Alentejo apontou que a solução passaria por limpar as redes, mas depois verificou-se que isso não seria suficiente e o ideal seria substituir essas mesmas redes, o que passa por um processo caro e complicado, mas um dia isso terá que acontecer, quer seja com ele na autarquia ou com outros responsáveis;
- As análises são feitas por uma empresa especializada, na sequência de um concurso público para o efeito, as quais são depois enviadas para a ERSAR, que verifica se estamos ou não a cumprir os parâmetros. E embora a água tenha a cor negra é certo que as análises dizem que cumpre todos os parâmetros exigidos no Decreto-Lei;
- Se os valores da facturação da água não estiverem correctos deverão os interessados dirigir-se aos respectivos serviços municipais a fim de se verificar a sua conformidade e correcção se for caso disso;
- A desafecção do domínio público para o domínio privado do município de alguns bens sites na freguesia de Granja era para legalizar esses prédios na matriz e na conservatória. Não faz sentido ter prédios como a praça de touros ou a casa do povo sem caderneta predial. Como o processo gerou alguma polémica foi o mesmo suspenso e o dia que for necessário será retomado;
- Como se sabe, as dificuldades financeiras com que se debate o Município originam por vezes atrasos no cumprimento de obrigações, e é com certeza esse o motivo que está na origem da falta do pagamento no âmbito do protocolo, mas o problema será resolvido a seu tempo, e não será este assunto um motivo para qualquer litigio entre as instituições.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que o Sr. Presidente não respondeu à questão de não serem feitas análises ao alumínio, na freguesia de Granja, com excepção das últimas. Mais referiu que não disse que as contas estão mal feitas, mas discorda sim do método como é feita a cobrança ou pois o consumo deveria estar dividido por escalão e não tudo pago pelo último escalão, o que a juntar às diversas outras taxas acresce em excesso o valor da factura. No que diz respeito ao processo de desafecção disse não estar contra a legalização da propriedade mas sim contra a questão do proprietário ser o Município quando deveria ser a freguesia. Finalmente referiu que era promessa do Sr. Presidente nas últimas eleições remodelar o reservatório, construir um segundo reservatório ao qual será associada uma estação elevatória, remodelação da conduta adutora que faz a ligação entre o reservatório e a rede de distribuição, substituição da rede existente devido à sua antiguidade, cujas



intervenção custariam mais de dois milhões de euros e que seriam obras prioritárias no mandato, o qual está a sete meses de terminar e não está nada feito.

O Sr. António Ferreira para esclarecer que a Junta de Freguesia de Mourão apenas recebe gasóleo da Câmara para a varredora, que varre as ruas da Vila.

O Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que o projecto da remodelação das redes foi tirado da Águas do Centro Alentejo, onde estava prevista uma candidatura para remodelação das redes em baixa, mas tal não foi possível até agora, mas que não deixa de ser prioritária para este executivo ou para o que vier a seguir. Mais referiu que o processo de desafecção está suspenso, estando no entanto todo o levantamento dos prédios concluído e para que o mesmo possa ter conclusão será necessário ser aprovado pela Assembleia Municipal. No que diz respeito à facturação esclareceu que a mesma deve obedecer ao que estiver estipulado no regulamento que foi devidamente aprovado pelos competentes órgãos municipais, pelo que só poderá ser de maneira diferente se for alterado o regulamento. Finalmente referiu que ainda hoje recebeu o resultado das análises de água que menciona os valores do alumínio pelo que certamente foi analisado.

### **ORDEM DO DIA**

#### **I – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentar o que se lhe oferecer, tendo este remetido, no geral, a sua comunicação para a informação escrita, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa a esta acta (documento número 1), fazendo parte integrante da mesma, e prestou ainda as seguintes informações:

- Poderá ser necessário realizar uma sessão extraordinária para a provação do projecto "**Modernização AlentejoCentral@2015**", resultante de uma candidatura conjunta da ADRAL e da CIMAC, que engloba os 14 municípios do distrito;
- Foi publicitado ontem que tem início no dia 28 a abertura de candidaturas para iniciativas de emprego, a que as autarquias podem concorrer;
- O novo projecto de lei das finanças locais tal como está apresentado é bastante penalizador para os municípios do interior, pois prevê mais cortes nas transferências e sublinha a necessidade dos municípios viverem basicamente das receitas próprias.
- Foi feita consulta a diversas entidades bancárias para a apresentação de condições para a contratação de um empréstimo de curto prazo, não tendo sido apresentada qualquer proposta nesse sentido;



- Foi alienado em hasta pública um prédio do município sito na Rua do Poço, em Mourão.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos que os membros entenderem necessários, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que sendo todas as sessões públicas é importante que as pessoas compareçam como acontece hoje e exponham a sua opinião e peçam esclarecimentos, o que não é habitual em Mourão. Já começa a haver movimentações para as eleições mas está à vontade para dizer o que pensa como sempre fez. Mourão tem imensas problemas que são necessários debater. A informação é um rol de acontecimentos que não relata com fidelidade a actividade camarária. Leu no jornal a transcrição de uma deliberação da Câmara sobre uma proposta de contratação de um empréstimo de curto prazo, que fala em investimentos e de venda de uma propriedade, o que é uma confusão, pelo que pede esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara sobre a referida proposta.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que a informação em concreto pouco esclarece pelo que apresentou várias perguntas: Em que situação se encontra o PAEL? Em que ponto se encontra o processo do empreendimento turístico da LAND RESEVE? O Município já recebeu ou não os 7% do capital da GESCRUZEIROS? A desistência da construção do Centro Escolar de Mourão tem como intenção investir na remodelação das infraestruturas de abastecimento público de água à freguesia de Granja? Se o Município não tinha condições financeiras para construir o centro escolar como é que pode realizar as obras das infraestruturas, mesmo que o Município tenha de pagar só 15 ou 20%, se como o Sr. Presidente diz, estão a faltar todos os meses 100 mil euros? Assim é impossível fazer obras neste concelho e é o resultado da gestão deste Executivo.

O Sr. José Pedro dos Reis para colocar duas perguntas: Qual é efectivamente o montante dos custos mensais com pessoal e qual o montante das receitas e quais as receitas geradas nos prédios das contendas, nomeadamente com rendas?

O Sr. Rui Pereira para perguntar qual a situação do empreendimento do Mercador, se irá ou não contrair o empréstimo de curto prazo durante o corrente ano, conforme autorizado pela Assembleia, e se o Sr. Presidente da Câmara tem alguma informação relativamente à previsão da entrada em funcionamento do Lar de Idosos desta freguesia?

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos ou respostas:



- Mesmo com autorização da Assembleia para a contratação de empréstimos a curto prazo, para que tal se efective é sempre necessário que o Executivo delibere fazê-lo e delibere consultar o mercado sobre as condições praticadas. Foi isso que foi deliberado e é o que foi publicado no jornal;
- O PAEL foi aprovado, analisado pela Comissão de Análise e foram aprovadas pelo Executivo as cláusulas contratuais. Depois de assinado será enviado ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia e só depois de visado o processo é que serão disponibilizadas as verbas, por tranches;
- Do projecto da Herdade do Mercador, cujo promotor é a LAND RESERVE, foram entregues os projectos das especialidades, que estão a ser analisados pelos respectivos serviços municipais, sendo que se verifica agora há um pequeno entrave da Águas do Centro Alentejo, que emitiu um parecer em que refere que não consegue abastecer água à potência pedida, o que inviabiliza a emissão de parecer favorável à sua aprovação pelo Executivo, mas uma reunião conjunta entre todas as partes envolvidas conseguiu desbloquear a situação, sendo que o início das obras se prevê para breve;
- O Município ainda não recebeu o capital da GESCRUZEIROS, e até recebeu uma comunicação daquela empresa a dizer que não tem capital para assegurar os compromissos que tem assumidos;
- O Centro Escolar de Mourão era a obra emblemática deste mandato, de cerca de 1 milhão de euros, mas dada a actual situação do país e do Município, e para evitar decisões menos pensadas com anteriormente tomou, chegou à conclusão que desistir da mesma obra seria a melhor solução, porque se corria o risco de se fechar as escolas da Luz e da Granja, substituindo-a pelo investimento noutras obras prioritárias;
- Os valores dos custos com pessoal e o montante das receitas não os consegue enumerar agora, mas os mesmos estão disponíveis nos documentos previsionais e de prestação de contas e disponíveis na página da Internet do Município;
- As contendas não estão actualmente arrendadas a ninguém uma vez que os anteriores rendeiros se disponibilizaram a terminar os contratos para o Município possa a todo o tempo fazer a sua alienação sem quaisquer impedimentos ou encargos;
- A construção do Lar de Idosos foi uma empreitada lançada pela Associação de Protecção Social à População da Granja, com um valor de 393 mil euros e um financiamento de 70%, logo com comparticipação nacional a cargo da Associação de 118 mil euros, que se encontra em fase conclusão. Não sendo a obra da responsabilidade do Município, este tem participado apenas com mão-de-obra. Para que o Lar possa entrar em funcionamento será necessário celebrar acordo de cooperação com a segurança social, mas sempre uma competência da Associação.



O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que não percebe o que tem a ver a contratação de um empréstimo a curto prazo com a necessidade de alienar um prédio, e há intenção de contratar outro empréstimo se aquele processo ficou deserto de propostas? Mais referiu que a 1.ª prestação ao BPI já com amortização de capital não consta com tendo sido paga. Finalmente referiu que desde 2009, data do contrato de saneamento financeiro, o empobrecimento patrimonial da Câmara cifrou-se até final de 2012 em 6 milhões de euros, o demonstra bem a situação real em que o Município se encontra.

O Sr. José Pedro dos Reis para tornar a perguntar qual o custo mensal efectivo dos salários e qual a receita, e concretamente qual a receita gerada pelas rendas da propriedade "Contendas"?

O Sr. Presidente da Câmara para referir que se pretendem valores concretos, amanhã fará chegar ao Sr. Presidente da Mesa os valores em concreto. O empréstimo de curto prazo é uma antecipação de receitas, logo é necessário dizer quais as receitas que se prevê realizar, que no caso seria a alienação daquele prédio.

## **II – RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos.

Tendo em vista o cumprimento do preceito legal acima citado e da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária de 5 de fevereiro de 2013, apresenta-se à Assembleia Municipal, proposta para apreciação do Relatório sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro, respeitante ao segundo semestre de 2012, que a seguir se transcreve:

### **"4. RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

Pelo Sr. Presidente foi posta à discussão a análise do relatório mencionado em epígrafe, elaborado pela empresa contratada, A. Fonseca Ribeiro, Lda., do seguinte teor:



# **RELATÓRIO SEMESTRAL NOVEMBRO 2012**

## **EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

### **INDÍCE**



1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	12
2.1	BALANÇOS .....	12
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	14
2.2.1	PROVEITOS .....	16
2.2.2	CUSTOS.....	17
2.2.3	RESULTADOS .....	18
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA .....	19
2.4	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS .....	20
2.5	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO .....	21
3	CONCLUSÃO.....	22



## INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município de Mourão.

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), que incluía a contracção de um empréstimo bancário junto do BPI, foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 15 de Setembro de 2009 e 24 de Setembro do mesmo ano. O visto do Tribunal de Contas foi obtido a 26/11/2009.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2012 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 30/11/2012. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras credíveis à data de 30/11/2011.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2012 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2012 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados.**



## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os indicadores económico financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal e os desvios eventualmente verificados.

### BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil e falível uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2012 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 30 de Novembro (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2012, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os valores relevantes, a título informativo, do **Balanço elaborado com base no balancete real a 30/11/2012 face ao Balanço do PSF em 2012 (final do ano)**.

No que diz respeito ao **Activo**, constata-se que o Município **praticamente não efectuou investimentos até ao fim de Novembro de 2012**, devido às suas dificuldades financeiras. Aliás, existe uma diferença entre o Activo Imobilizado previsto no PSF e o valor realizado é, já, de aproximadamente 8.000.000 Euros

Verifica-se ainda que o valor das **disponibilidades** adicionado das **dívidas de terceiros de curto prazo (que provêm em 93% do débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros)** não chega para pagar o total do **passivo de curto prazo**.

Por isso, o Município efectuou uma candidatura ao programa de apoio à economia local (PAEL) aprovado pela Lei n.º 43 de 28 de Agosto de 2012, uma vez que as dívidas de curto prazo arrastadas com mais de 90 dias, após o seu vencimento a 31/03/2012, serão financiadas com o recurso a capitais de médio e longo prazo (pelo prazo de 20 anos), a uma taxa de juro altamente favorável.

De destacar que o valor do passivo de curto prazo em 2009/2010 e 2011, estava inflacionado pelo montante de 692.831,00 Euros (que teve por contrapartida o imobilizado) que não constitui já dívida do Município, pelo que se procedeu à respectiva regularização em Outubro de 2012.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURÃO - LIVRO DE ACTAS

Ao nível do **Passivo de MLP** verifica-se que o valor das dívidas em Novembro de 2012 é inferior ao de 31/12/2011, mas superior ao valor previsto no PSF para o final de 2012. Esta última diferença desfavorável corresponde ao valor das prestações contratuais vincendas que serão pagas oportunamente, até ao final de 2012.

A matéria relativa à dificuldade em conseguir quer os resultados líquidos quer os meios libertos previstos no PSF, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

Mapa 1

BALANÇOS

	Previsão PSF 2009	Real 2009	% Desvio	Previsão PSF 2010	Real 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 11-2012	% Desvio
<b>ACTIVO</b>												
Imobilizado Bruto	48.103.880	45.997.869	-4	50.161.776	45.293.281	-10	51.764.696	45.614.338	-12	53.395.792	44.896.485	-16
Bens de domínio público	30.050.525	31.963.007	6	30.050.525	32.293.325	7	30.050.525	32.511.576	8	30.050.525	32.512.503	8
Imobilizações Incorpóreas	15.780	15.780	0	15.780	15.780	0	15.780	15.780	0	15.780	15.780	0
Imobilizações Corpóreas	13.907.095	11.010.066	-21	15.964.991	9.911.013	-38	17.567.911	10.334.027	-41	19.199.008	10.307.578	-46
Investimentos financeiros	99.750	99.750	0	99.750	99.750	0	99.750	99.750	0	99.750	99.750	0
Imobilizado Curso	4.030.730	2.909.266	-28	4.030.730	2.973.412	-26	4.030.730	2.653.206	-34	4.030.730	1.960.873	-51
Amortizações Acumuladas	12.999.066	12.843.556	-1	15.250.897	14.977.064	-2	17.532.874	17.273.383	-1	19.846.406	19.313.825	-3
Existências	51.580	65.908	28	46.886	83.043	77	42.620	31.867	-25	38.741	38.767	0
Matérias-Primas	51.580	65.908	28	46.886	83.043	77	42.620	31.867	-25	38.741	38.767	0
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Outras	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Provisões para depreciação existências	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas terceiros M/L prazo	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas terceiros curto prazo	71.572	80.296	12	77.709	90.159	16	84.401	1.714.480	1.931	91.699	1.726.022	1.782
Clientes, Contribuintes e Utentes	71.572	80.295	12	77.709	90.158	16	84.401	102.194	21	91.699	109.885	20
Outros	0	1	-	0	1	-	0	1.612.286	-	0	1.616.137	-
Provisões para cobranças duvidosas	0	46.532	-	0	62.580	-	0	69.116	-	0	69.116	-
Disponibilidades	736.780	347.414	-53	952.734	98.043	-90	899.270	12.858	-99	997.953	8.086	-99
Acréscimos e Diferimentos	20.560	42.733	108	20.560	44.948	119	20.560	30.526	48	20.560	61.052	197
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>35.985.306</b>	<b>33.644.132</b>	<b>-7</b>	<b>36.008.769</b>	<b>30.569.829</b>	<b>-15</b>	<b>35.278.674</b>	<b>30.061.570</b>	<b>-15</b>	<b>34.698.340</b>	<b>27.347.471</b>	<b>-21</b>
<b>PASSIVO</b>												
Provisões para riscos encargos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros M/L Prazo	8.367.091	8.265.401	-1	7.967.048	7.941.078	0	7.617.042	7.688.795	1	7.294.180	7.361.076	1
Dividas instituições crédito	8.270.665	8.265.401	0	7.899.620	7.936.217	0	7.576.520	7.688.795	1	7.275.761	7.361.076	1
Dividas Fomecedores Imobilizado	96.427	0	-100	67.428	4.861	-93	40.522	0	-100	18.419	0	-100
Outras Dividas	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros curto prazo	193.816	1.737.711	797	180.805	2.705.490	1.396	175.958	3.401.273	1.833	167.690	2.938.243	1.652
Dividas instituições crédito	0	0	-	0	223.000	-	0	0	-	0	0	-
Fomecedores	137.633	304.784	121	120.646	692.100	474	116.176	1.254.880	980	112.177	1.529.304	1.263
Estado e outros entes públicos	56.183	110.776	97	60.159	394.344	556	59.782	778.450	1.202	55.513	696.112	1.154
Outras Dividas	0	1.322.151	-	0	1.396.046	-	0	1.367.943	-	0	712.827	-
Acréscimos custos	90.291	105.423	17	90.291	105.753	17	90.291	92.742	3	90.291	185.484	105
Proveitos Diferidos	5.627.008	4.297.191	-24	5.993.999	4.002.163	-33	6.008.721	3.629.478	-40	5.941.949	3.634.046	-39
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>14.278.206</b>	<b>14.405.726</b>	<b>1</b>	<b>14.232.143</b>	<b>14.754.484</b>	<b>4</b>	<b>13.892.011</b>	<b>14.812.287</b>	<b>7</b>	<b>13.494.110</b>	<b>14.118.849</b>	<b>5</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>												
Património	28.337.827	28.325.118	0	28.337.827	28.325.118	0	28.337.827	28.325.118	0	28.337.827	28.325.118	0
Reservas	655.405	655.405	0	655.405	656.405	0	655.405	666.883	2	655.405	666.883	2
Resultados Transitados	-7.716.075	-7.695.076	0	-7.286.132	-10.841.339	49	-7.216.606	-13.555.912	88	-7.606.570	-13.742.718	81
Resultados Líquidos	429.943	-2.047.040	-576	69.526	-2.324.839	-3.444	-389.963	-186.806	-52	-182.432	-2.020.661	1.008
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>21.707.100</b>	<b>19.238.407</b>	<b>-11</b>	<b>21.776.626</b>	<b>15.815.345</b>	<b>-27</b>	<b>21.386.663</b>	<b>15.249.283</b>	<b>-29</b>	<b>21.204.230</b>	<b>13.228.622</b>	<b>-38</b>
<b>TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>35.985.306</b>	<b>33.644.132</b>	<b>-7</b>	<b>36.008.769</b>	<b>30.569.829</b>	<b>-15</b>	<b>35.278.674</b>	<b>30.061.570</b>	<b>-15</b>	<b>34.698.340</b>	<b>27.347.471</b>	<b>-21</b>



## **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2012.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, pelo que uma análise descuidada enfermará de vários e evidentes vícios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURÃO - LIVRO DE ACTAS

Mapa 2  
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2009	Real 2009	% desv.	Previsão PSF 2010	Real 2010	% desv.	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.	Previsão PSF 11-2012	Real 11-2012	% desv.
Vendas	94.613	99.641	5	105.115	98.946	-6	116.782	95.233	-18	118.933	94.647	-20
Produtos	94.613	99.641	5	105.115	98.694	-6	116.782	92.782	-21	118.933	94.647	-20
Mercadorias	0	0	-	0	252	-	0	2.451	-	0	0	-
Prestação serviços	157.593	180.646	15	168.718	189.521	12	180.630	192.038	6	177.268	184.406	4
Outros prov. e ganhos operac.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Impostos e Taxas	316.876	287.325	-9	342.449	267.131	-22	370.084	239.567	-35	366.620	274.572	-25
Transf. e Sub. Obtidos	4.240.380	4.298.935	1	4.282.784	4.234.975	-1	4.325.612	3.885.801	-10	4.004.795	3.683.601	-8
Trabalhos Própria Entidade	1.030.004	280.002	-73	936.274	383.921	-59	851.073	281.289	-67	709.157	0	-100
Prov. ganhos fin.explo.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dif.câmbio desfav.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Descontos pp obtidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>5.839.466</b>	<b>5.146.549</b>	<b>-12</b>	<b>5.835.340</b>	<b>5.174.494</b>	<b>-11</b>	<b>5.844.181</b>	<b>4.693.929</b>	<b>-20</b>	<b>5.376.773</b>	<b>4.237.227</b>	<b>-21</b>
C.M.V	711.807	525.093	-26	647.033	472.847	-27	588.153	324.189	-45	490.078	308.009	-37
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Produtos	711.807	525.093	-26	647.033	472.847	-27	588.153	324.189	-45	490.078	308.009	-37
Forn. Serv. Ext.	859.178	1.001.998	17	736.469	1.133.753	54	743.834	1.111.950	49	688.666	951.584	38
Subcontratos	35.887	37.248	4	36.246	43.355	20	36.608	43.760	20	33.893	48.512	43
Trabalhos Especializados	44.295	122.773	177	44.738	118.322	164	45.186	146.045	223	41.834	98.667	136
Electricidade/Combustíveis	148.709	160.733	8	150.196	178.507	19	151.698	175.521	16	140.447	179.930	28
Conservação e Reparação	58.295	52.801	-9	58.878	51.448	-13	59.466	17.750	-70	55.056	10.859	-80
O.F.S.E	571.992	628.444	10	446.412	742.121	66	450.876	728.873	62	417.436	613.616	47
Custos com pessoal	2.977.424	3.380.448	14	2.847.396	3.260.339	15	2.714.469	3.081.978	14	2.350.131	2.433.866	4
Amortizações	2.198.936	2.048.378	-7	2.251.831	2.186.074	-3	2.281.977	1.912.878	-16	2.120.738	2.120.738	0
Provisões	0	17.542	-	0	16.049	-	0	6.535	-	0	0	-
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	300.859	453.362	51	269.528	463.231	72	272.223	289.899	6	252.033	284.257	13
Outros custos exploração	0	13	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dif. câmbio desfa.	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0	0	-
<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>7.048.204</b>	<b>7.426.835</b>	<b>5</b>	<b>6.752.257</b>	<b>7.532.293</b>	<b>12</b>	<b>6.600.656</b>	<b>6.727.429</b>	<b>2</b>	<b>5.901.647</b>	<b>6.098.454</b>	<b>3</b>
<b>RESULTADOS EXPLORA.</b>	<b>-1.208.737</b>	<b>-2.280.286</b>	<b>89</b>	<b>-916.918</b>	<b>-2.357.800</b>	<b>157</b>	<b>-756.475</b>	<b>-2.033.500</b>	<b>169</b>	<b>-524.873</b>	<b>-1.861.227</b>	<b>255</b>
Prov. e ganhos extraor.	1.721.792	328.739	-81	1.002.821	449.506	-55	349.260	396.345	13	333.784	9.307	-97
Cust. e perdas extraord.	71.779	68.884	-4	72.496	221.061	205	73.221	115.407	58	67.791	118.010	74
<b>R. ANTES FUN. FINANC.</b>	<b>441.276</b>	<b>-2.020.431</b>	<b>-558</b>	<b>13.407</b>	<b>-2.129.355</b>	<b>-15.983</b>	<b>-480.437</b>	<b>-1.752.561</b>	<b>265</b>	<b>-258.880</b>	<b>-1.969.929</b>	<b>661</b>
Prov. e ganhos finance.	216.019	165.607	-23	243.179	136.182	-44	270.863	1.805.208	566	251.714	190.979	-24
Cust. e perda financ.	227.351	192.216	-15	187.060	331.666	77	180.390	239.453	33	160.064	241.712	51
juros suportados	227.351	192.122	-15	187.060	324.582	74	180.390	239.390	33	160.064	241.619	51
outros	0	95	-	0	7.084	-	0	63	-	0	93	-
<b>RESULTADOS LIQUIDOS</b>	<b>429.943</b>	<b>-2.047.040</b>	<b>-576</b>	<b>69.526</b>	<b>-2.324.839</b>	<b>-3.444</b>	<b>-389.963</b>	<b>-186.806</b>	<b>-52</b>	<b>-167.230</b>	<b>-2.020.661</b>	<b>1.108</b>

Nota:

- a) Na medida em que a 30/11/2012 ainda não foram processadas amortizações (balançete provisório) assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.  
b) Custo dos produtos inclui compras de matérias-primas no valor de 19.820,87 Euros.



## PROVEITOS

A “**Venda de produtos**” (essencialmente relativa à água) apresenta um valor abaixo do estimado (20%) em virtude desta rubrica não ter crescido ao ritmo previsto no PSF.

A rubrica “**Prestação de Serviços**” apresenta um aumento de 4% devido, em particular, ao aumento dos proveitos respeitantes à piscina e ao aluguer de espaços e equipamentos.

Em relação à rubrica “**Impostos e taxas**” verifica-se uma redução significativa de 25% face ao estimado no PSF, como resultado da diminuição da actividade económica nacional.

No que diz respeito ao item mais relevante dos proveitos, as “**Transferências e Subsídios Obtidos**”, verificou-se uma quebra (8%) face à previsão, devido à redução das transferências do Estado.

Importa igualmente realçar que, até ao fim de Novembro de 2012, não foi contabilizado na rubrica de “**trabalhos para a própria entidade**” qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas, porque normalmente são processados, apenas, no final do ano.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor muito abaixo do previsto, em cerca de 97%, pelo facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 364.128 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2012.

Saliente-se, por outro lado, que no PSF estavam previstas vendas de prédios no valor de 749.234 Euros em 2009 e 671.760 Euros em 2010, não tendo, até à data, sido concretizada nenhuma operação com excepção da alienação do prédio rústico “Baldio da Malhoeira” no montante de 12.550,00 Euros (previstos no PSF 3.500 Euros em 2009).

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” apresenta um valor inferior (24%) ao previsto no PSF devido, essencialmente, ao facto de não terem sido obtidas as rendas solares (52.033 Euros em 2012).



## CUSTOS

Em relação ao “Custo dos Produtos” verificou-se uma redução de 37% em relação ao previsto, devido à diminuição das obras efectuadas por administração directa. Estas obras que são fundamentais em termos de conservação e manutenção do património estão reduzidas ao mínimo.

Na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)” podemos verificar um valor excedente face ao previsto no PSF em 38%, tendência que se mantém desde 2009, motivada pelo crescimento significativo dos preços unitários de bens e serviços essenciais para o Município, conforme referido em relatórios anteriores:

### MUNICÍPIO DE MOURÃO AUMENTO PREÇOS UNITÁRIOS DE 2008 A 2012

Entidade	Produto	Ano	%
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Abastecimento Água	2008/2009	7,15
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Recolha de Efluentes	2008/2009	7,15
EDP	Energia Eléctrica	2008/2009	3,50
GESAMB	Recolha de Resíduos sólidos	2008/2009	1,60
RODOVIÁRIA DO ALENTEJO	Transportes Escolares	2008/2009	1,02
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Abastecimento Água	2009/2010	7,15
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Recolha de Efluentes	2009/2010	7,15
EDP	Energia Eléctrica	2009/2010	2,90
GESAMB	Recolha de Resíduos sólidos	2009/2010	2,25
RODOVIÁRIA DO ALENTEJO	Transportes Escolares	2009/2010	1,17
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Abastecimento Água	2010/2011	5,00
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Recolha de Efluentes	2010/2011	5,00
EDP	Energia Eléctrica	2010/2011	3,80
GESAMB	Recolha de Resíduos sólidos	2010/2011	3,10
RODOVIÁRIA DO ALENTEJO	Transportes Escolares	2010/2011	4,53
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Abastecimento Água	2011/2012	4,16
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Recolha de Efluentes	2011/2012	4,16
EDP	Energia Eléctrica	2011/2012	5,05
GESAMB	Recolha de Resíduos sólidos	2011/2012	1,01
RODOVIÁRIA DO ALENTEJO	Transportes Escolares	2011/2012	6,00
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Abastecimento Água	média anual	5,87
ÁGUAS CENTRO ALENTEJO	Recolha de Efluentes	média anual	5,87
EDP	Energia Eléctrica	média anual	3,81
GESAMB	Recolha de Resíduos sólidos	média anual	1,99
RODOVIÁRIA DO ALENTEJO	Transportes Escolares	média anual	3,18

Os aumentos dos preços unitários (no PSF foi considerada uma inflação de 1% ao ano) tiveram forte impacto no respectivo valor global do custo, que se traduziu, principalmente, no seguinte:



- Acréscimo do valor do custo da água para abastecimento público (Águas do Centro Alentejo);
- Acréscimo do valor relativo à recolha e tratamento de efluentes (ETAR's de Mourão, Granja e Luz, tendo as duas primeiras começado a funcionar em 2010) pelas Águas do Centro Alentejo;
- Acréscimo do valor relativo à recolha de resíduos sólidos e urbanos pela Gesamb;
- Acréscimo do custo com energia eléctrica;
- Aumento do valor dos trabalhos especializados.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” verifica-se ainda um excedente de 4%, face ao previsto no PSF, porque com a crise económico e social (situações de extrema pobreza e desemprego) não foi reduzido o número de colaboradores do Município.

No que diz respeito à rubrica de “**transferências e subsídios correntes**” apresenta um valor superior em 13% face à previsão do PSF.

Os “**custos extraordinários**” apresentam um valor superior ao previsto em 74% devido, essencialmente, às correcções relativas a exercícios anteriores (restituições) no valor de 39.159,19 Euros e aos outros não especificados (46.744,02 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se um aumento de 51% face ao estimado no PSF, decorrente do elevado valor do passivo de curto prazo.

## RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma degradação dos **resultados operacionais** face ao PSF em virtude da quebra dos proveitos, em particular dos mais relevantes (transferências do Estado e impostos e taxas), e do aumento dos custos (fornecimentos e serviços externos, pessoal e transferências e subsídios correntes concedidos).

Os **resultados líquidos ressentiram-se** quer da redução dos resultados operacionais referida, quer do decréscimo dos resultados extraordinários (não contabilização dos proveitos relativos aos incentivos) e financeiros.

Como já foi referido em relatórios anteriores, e nunca é demais repetir, se o desequilíbrio nos resultados económicos verificados é a consequência lógica do desaparecimento de muitas explorações agrícolas e industriais que tiveram impacto no emprego e no rendimento no Concelho, em resultado do enchimento da albufeira de Alqueva e da falta de investimentos prometidos desde 2002 (13.000.000 de Euros no Município de Mourão), a **situação económica, financeira e social do Município tornou-se agora, perfeitamente insustentável**, com a actual crise económico e financeira do país (e da Europa) e com o plano da *Troika* (redução das transferências do Estado).

## 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3  
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão		% Desvio
	PSF 11-2012 (anualizado)	Real 11-2012	
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	899.270	12.858	-99
Total receitas Orçamentais	5.279.364	4.413.382	-16
Receitas Correntes	3.655.595	3.209.707	-12
Receitas de Capital	1.623.769	1.203.675	-26
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		337.073	-
Total Geral	6.178.635	4.763.313	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	5.188.905	4.293.845	-17
Despesa corrente	4.038.590	3.861.929	-4
Despesa de Capital	1.150.315	431.916	-62
Operações de Tesouraria		461.382	-
Saldo para a gerência seguinte	989.730	8.086	-99
Total Geral	6.178.635	4.763.313	

O valor das receitas correntes foi inferior ao estimado no PSF em virtude da quebra generalizada das suas diversas rubricas, em particular dos impostos e taxas e das transferências correntes. Como não houve uma diminuição da despesa corrente na mesma proporção, no período, verifica-se no fim de Novembro de 2012, um desequilíbrio orçamental corrente.

As receitas de capital e as despesas de capital, também, foram inferiores às previstas no PSF devido à falta de realização dos investimentos previstos (comparticipados e não comparticipados).

## 2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4  
Indicadores Económicos Financeiros

		2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	11-2012
		PSF	Real	PSF	Real	PSF	Real	PSF	Real
FUNDO DE MANEIO	€	686.676	-1.154.829	917.084	-2.326.717	870.894	-1.542.426	981.264	-1.035.200
LIQUIDEZ GERAL	%	5	0	6	0	6	1	7	1
SOLVABILIDADE	%	152	134	153	107	154	103	157	94
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	60	57	60	52	61	51	61	48
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	102	96	102	92	102	94	103	95
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	69	30	148	30	315	30	385
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	206	-	118	-	222	-	-
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	99	100	99	109	99	124	99	125
CASH FLOW	€	2.628.879	18.880	2.321.357	-122.716	1.892.014	1.732.607	1.953.508	100.076

**Nota:**

a) O cash-flow apresentado na coluna "2012 PSF" é o valor anualizado a 30/11/2012.

Da análise do mapa anterior, cujos indicadores estão influenciados positivamente pela contabilização da dívida da EDP em 2011, no valor 1.609.252 Euros, podemos destacar o seguinte:

- Comportamento ainda desfavorável dos rácios de liquidez geral e do fundo de maneio;
- Prazo médio de pagamento e recebimento elevados;
- Cash-Flow muito inferior à previsão do PSF.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes

## 2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

De seguida apresentamos o Mapa 5 com os indicadores de endividamento.

**Mapa 5**  
**Endividamento Municipal**

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	M LP	Líquido	M LP		Líquido	M LP
		1	2	3	4	5	6=1-3	7=2-4
2009	Saneamento 31/12/2009	4.904.904,68	3.923.923,75	7.490.608,12	8.114.603,01	252.488,28	-2.585.703,44	-4.190.679,26
	Real 31/12/2009	4.880.323,99	3.904.259,19	8.714.109,72	7.696.275,62	569.125,00	-3.833.785,73	-3.792.016,43
2010	Saneamento 31/12/2010	4.977.475,13	3.981.980,10	6.884.319,93	7.743.417,22	223.630,56	-1906.844,80	-3.761.437,12
	Real 31/12/2010	5.082.196,78	4.065.757,42	9.736.153,34	7.642.724,28	516.492,69	-4.653.956,56	-3.576.966,86
2011	Saneamento 31/12/2011	5.053.901,02	4.043.120,82	6.605.096,28	7.422.268,87	194.772,84	-1551.195,26	-3.379.148,05
	Real 31/12/2011	4.705.602,81	3.764.482,25	8.734.772,83	7.218.929,82	469.864,81	-4.029.170,02	-3.454.447,57
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	9.324.972,16	7.488.920,90	8.734.772,83	7.218.929,82	469.864,81	590.199,33	269.991,08
2012	Saneamento 31/12/2012	5.134.678,08	4.107.742,46	6.196.843,53	7.128.265,06	165.915,12	-1062.165,45	-3.020.522,60
	Real 30/11/2012	4.495.932,96	3.596.746,37	7.596.095,96	6.948.770,49	424.449,16	-3.100.163,00	-3.352.024,12
	Real 30/11/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	8.734.773,00	7.330.774,00	7.596.095,96	6.948.770,49	424.449,16	138.677,04	382.003,51

a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.

O **Endividamento Líquido** apresentava no final de 2010, uma diferença desfavorável de 4.653.956,56 Euros em virtude de:

- Não obtenção de receitas extraordinárias previstas no PSF;
- Realização de investimentos em valor superior aos meios gerados que foram negativos.

Porém, no relatório anual de 2011, verificou-se uma **diminuição do endividamento líquido** (de 9.736.153,34 Euros em 31/12/2010 para 8.734.772,83 Euros em 31/12/2011), e uma **redução do excesso de endividamento**



**líquido** de 624.786,54 Euros, em virtude da contabilização da renda à EDP, no valor de 1.609.252 Euros (ainda não recebida).

**Em Novembro de 2012, constata-se uma redução de 1.138.676,87 Euros** (de 8.734.772,83 para 7.596.095,96), face a 2011 do Endividamento Líquido e uma diminuição do seu **excesso** (em 929.007 Euros, face ao verificado no final de 2011), em virtude de:

- Regularização em Outubro de 2012 do valor do passivo pelo montante de 692.831,00 Euros (que teve por contrapartida o imobilizado);
- Contribuição AM, SM E SEL negativa no valor de 331.633,44 Euros.

Por outro lado, houve uma redução de 638.745,12 Euros no cálculo do limite de endividamento líquido face ao previsto em 2012 no PSF, devido à diminuição das receitas (transferências do Estado e receitas próprias) do Município. Saliente-se que o valor das transferências do Estado (sem incluir a parte compensatória dos encargos do parque escolar) dos anos de 2012 e 2013 (3.355.179,00 Euros) está, já, ao nível das transferidas dos anos de 2006 e 2007 (3.337856,00 Euros).

Em relação ao endividamento MLP, verifica-se uma redução de 270.159,33 Euros, face a 2011, mas não é possível fazer uma comparação do endividamento de MLP real com o previsto no PSF no final de 2012, porque não existem valores do endividamento de MLP do PSF no final de Novembro de 2012.

Porém, devido à grave crise económica e financeira, e consequente redução das transferências do Estado para os Municípios, o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º de 2011) determina que o cálculo dos limites de endividamento líquido e de MLP seja feito de maneira diferente do que o previsto na LFL.

**Assim, o excesso de endividamento líquido, no valor de 3.100.163,00 Euros, verificado em 30/11/2012, converte-se num saldo disponível de 1.138.677,04 Euros, na mesma data. Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP no valor de 3.352.024,12 Euros converte-se num saldo disponível de 382.003,51 Euros naquela data.**

Saliente-se que este aumento legal, em 2012, dos limites de endividamento de acordo com a Lei do O.E. (à semelhança do que se verificou com a Lei O.E. de 2011) e consequente redução do seu excesso é, apenas, **um artifício que não veio melhorar a situação financeira dos Municípios, em particular o de Mourão.**

## **CONCLUSÃO**

Os indicadores económico-financeiros do mapa 4 são muito inferiores aos previstos no PSF, nomeadamente, os relativos ao cash flow e ao fundo de maneo. Com efeito, existe um cash-flow positivo, mas insuficiente, que condiciona manifestamente a realização de investimentos, e ainda, um elevado *deficit* de fundo de maneo (e um elevado prazo médio de pagamentos), em relação ao previsto no PSF, que indicia dificuldades de tesouraria e um potencial aumento das despesas financeiras.



Tal tendência, é o reflexo da redução das transferências do Estado e da diminuição das receitas próprias (impostos e taxas, receitas extraordinárias) em relação ao previsto no PSF, num valor aproximado de 638.745,12 Euros (*vide* texto explicativo do mapa 5). Acresce que aquela diminuição das receitas tem obrigado a suspender muito dos investimentos previstos no PSF, como se pode verificar pelo valor de realização (aproximadamente 8.000.000 Euros a menos) constante da rubrica do imobilizado no mapa 1 (Balanços), que serviriam para compensar os problemas de fundo provocados pela redução das explorações agrícolas e industriais (enchimento do Alqueva), pela actual crise económico financeira do País (PIB negativo de 3,2 em 2012.) e da Europa e pelas medidas (indiscriminadas) de grande austeridade (plano de ajustamento e económico e financeiro da TROIKA) que afectam as regiões mais empobrecidas do país (despovoamento, do baixo nível de escolaridade e população envelhecida

Acresce que, a **alteração dos pressupostos** que serviram de base à elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente, a redução sistemática das transferências anuais do Estado e a diminuição das receitas próprias do Município (receitas que estão já ao nível do ano de 2006/7), quando estava prevista uma actualização dessas receitas a uma taxa de inflação de 1% e, ainda, o aumento dos custos unitários dos principais bens e serviços (água, tratamento de efluentes, resíduos, eletricidade, etc.) acima da inflação prevista (1%), para além dos novos serviços de delegação de competências, em particular na área da educação (não devidamente compensados) está, também, a dificultar a recuperação financeira do Município.

Na verdade, é o próprio Estado que está a dificultar manifestamente essa recuperação financeira dos Municípios porque a LFL não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução desfavorável, quer das receitas quer dos preços do mercado dos bens e serviços consumidos, sabendo-se que qualquer redução das transferências do Estado afecta, particularmente, os Municípios de menor dimensão, isto é, com reduzida capacidade de obtenção de receitas próprias.

Porém, o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º do OE de 2011) ao determinar que o cálculo dos limites de endividamento líquido e de MLP seja feito de maneira diferente do que o previsto na LFL, vem reconhecer as graves dificuldades financeiras da maioria dos Municípios.

**Com efeito, de acordo com aquele artigo 66.º do O.E (mapa 5), o Município da Mourão apresenta um saldo disponível de 1.138.677,04 Euros no endividamento líquido e um saldo disponível de 382.003,51 Euros no endividamento MLP.**

Todavia, a nova Lei dos Compromissos (LCPA) que exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis (90 dias), para realizar novas despesas, veio trazer dificuldades financeiras acrescidas para o Município de Mourão que tem um elevado *deficit* de fundo de maneo e não consegue obter legalmente um empréstimo de MLP (não é permitido um reforço do empréstimo de saneamento financeiro), obter receitas extraordinárias previstas (neste período recessivo da conjuntura económica) e/ou outras receitas ainda não cobradas (da EDIA e da EDP).



No entanto, com a recente aprovação da Lei n.º 43 de 28 de Agosto de 2012, regulamentada pela Portaria n.º 281-A/2012, relativa ao programa de apoio à economia local (PAEL), o Município que estará enquadrado no programa I, irá ter a possibilidade de pagar com o empréstimo do PAEL a 20 anos, a uma taxa de juro bastante favorável (correspondente ao custo do financiamento da República Portuguesa acrescida de 15 pontos base) a quantia de 1.522.524 de dívidas vencidas há mais de 90 dias (na data de 31/03/2012) e não pagas, considerando que as medidas adicionais exigidas, incluídas no Plano de Ajustamento Financeiro que a lei prevê no PAEL, são indispensáveis para restabelecer o equilíbrio financeiro do Município.”

Após discussão e não havendo objeções ou pedidos de esclarecimentos sobre o relatório acabado de reproduzir, o Executivo, por proposta do senhor Presidente, deliberou remeter um exemplar do mesmo:

- a) À Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;**
- b) Aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, para acompanhamento, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março.**

Deliberação tomada por unanimidade.

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma seja apreciada pela Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros, precedida das seguintes informações do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

- Para se cumprir o saneamento financeiro seria necessário que não tivesse havido tantos cortes nas transferências para as freguesias, mas no entanto todas as prestações do empréstimo estão pagas, e a capacidade de endividamento do Município tem vindo a aumentar, pelo que poderia ter-se recorrido à contratação de mais algum empréstimo, mas foi essa a decisão.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que ressalta deste relatório, aliás como dos anteriores, é que não está a ser cumprido o plano de saneamento financeiro aprovado em 2009. Não se cumpre este plano e já se está a recorrer a outro plano para cumprir, o que não vai certamente acontecer, além de se dizer que o PAEL não resolveria nada, sendo mais



paliativo, pelo que as conclusões apontam para um processo de reequilíbrio financeiro. Assim deve o órgão deliberativo tomar uma posição e confirmar o incumprimento de saneamento financeiro.

O Sr. José Pedro dos Reis para referir que quando perguntou pelas receitas das Contendas era já a pensar nesta situação, porque na altura dizia-se que colmataria a situação com o aumento de receitas como a renda e venda de prédios e diminuição das despesas com salários, o que não se cumpriu, pois até se suprimiram algumas rendas. Onde se vai arranjar o dinheiro para Abril, Maio, Junho, etc?

O Sr. Francisco Oliveira para referir que a conclusão do relatório não é nada abonatória para o futuro do concelho. Estar-se à espera de dinheiro da EDIA e da EDP não leva a nada. Quando o PAEL for aprovado vem a troika para o concelho de Mourão, que será mais austeridade e subida de preços de bens essenciais, cuja responsabilidade é da gerência deste Executivo. Mais referiu que se a opção for contrair mais empréstimos como o Sr. Presidente disse poder fazer pior será ainda, ficando-se com uma herança pesada, nunca mais se podendo realizar qualquer neste concelho. Finalmente referiu que com esta gerência o passivo da Câmara estará já nos 16 milhões de euros.

O Sr. Rui Pereira para referir que o que faz com que não se cumpra o plano, é não vender património e não redução de funcionários, o que nem uma coisa nem seria boa solução, bem como a actuação do estado que altera as regras a meio do jogo, cortando verbas e suspendendo todas as obras no interior. Mais referiu que este governo já fez com que a troika já esteja em Mourão com todos os cortes ao Município. Finalmente referiu que entre fazer dívidas e empréstimos ou olhar para as pessoas, opta por estas pois tem que se comprar livros, arranjar escolas e piscinas ou apoiar o desporto, não servindo de nada não ter dívidas mas também não ter pessoas no concelho. Se alguém pretende que se despeçam funcionários que o diga e assuma.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que seria bom fazer empréstimos para apoiar as pessoas mas era se não tivessem que se pagar. Agora contrair sucessivos empréstimos, sem receitas para depois os pagar, o que origina é pagar tudo mais caro, como a água, o saneamento e outras taxas (IMI, Derramas, etc). Mais referiu que neste momento o Município tem um peso excessivo com pessoal, porque na realidade foram criados postos de trabalho desnecessários, apenas por questões políticas. Se não se paga aos fornecedores como é que se gera riqueza no concelho, pois neste momento o prazo médio para pagamento é de 385 dias? Em Novembro do ano anterior o passivo já era mais de 14



milhões de euros. A saída de contratação de empréstimos atrás de empréstimos são apenas balões de oxigénio para adiar a morte.

O Sr. Presidente da Câmara para referir que cada um analisa os documentos de forma diferente, mas o certo é que quem trabalha recebe, fazem-se obras e ajuda-se as pessoas nas mais diversas formas. A grande fatia do endividamento resulta de grandes obras que se fizeram e que depois o governo não financiou, como a estrada para a fábrica da Portucel, a zona industrial para uma nova fábrica, a Circular Sul, a estrada para a aldeia da Luz, pelo que se teve de recorrer à banca.

O Sr. Henrique Oliveira para referir que o relatório é igual aos anteriores pois nenhum apontou para o cumprimento do plano de saneamento financeiro, vindo depois as desculpas esfarrapadas, ora por causa do governo ora da troika, por culpa de tudo e mais alguma coisa menos de quem realmente foi. Já quando esteve na Câmara e não havia nada de situações iguais às que hoje existem e já os empréstimos eram atrás uns dos outros. Mais referiu que por diversas vezes alertou o Sr. Presidente da Câmara a situação se tornaria caótica. A capacidade de endividamento deve aferir-se pela capacidade que cada um tem para pagar, como na vida de cada um. A Câmara gastou dinheiro a rodos e as obras feitas são poucas, tanto que vem depois enumerar obras que nada têm a ver com a Câmara como o Centro de Dia e Lar da Granja e os empreendimentos turísticos. Fala-se em ajudar as pessoas mas deve-se ver que ao ajudar uns pode-se estar a prejudicar outros, que foi o aconteceu. Ajudar as pessoas era remodelar a rede de águas como prometido. Foi dito que desistiu de um projecto para ir remodelar a rede de águas, mas como faltam todos meses 100 mil euros como vai arranjar o dinheiro. Finalmente referiu foi dito que não se fazia o Centro Escolar para não fechar as escolas, mas o que vai acontecer é fechar a Câmara.

O Sr. Ricardo Cartaxo para referir que é importante dizer que a lei das finanças locais ainda existe mas é mudada consoante os comportamentos. Com o endividamento constante, com menos capacidades financeiras e cada vez com menos gente, na próxima etapa, quando aparecer alguma cabeça mais iluminada diga que vão acabar com alguns concelhos. Ainda está previsto na constituição portuguesa a constituição de regiões, o que traria uma forma diferente de gerir a política. A crise é uma situação imposta por determinados grupos e mais profunda do que aqui se tem expressado, como o caso do poder central ter chutado para os municípios responsabilidades que eram do poder central e a seguir cortam-lhe as verbas. É que há-de chegar o dia em que vão dizer são poucos, não têm capacidade financeira e então é melhor acabarem. É esse dia que espera, que receia, mas esperam também que todos sejam unidos no sentido de defender os interesses do concelho.



O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que o miserabilismo e a infelicidade do concelho sempre se aponta como culpa de terceiros e não se faz o acto de contrição, e não se olha para outros concelhos do interior, próximos daqui que vivem desafogadamente e que fazem investimentos. O empobrecimento nos últimos 3 anos aumentou na ordem dos 6 milhões de euros. O relatório também refere que a Câmara desde 2009 praticamente não fez investimentos, estando o património fixo abaixo do que se previa em 8 milhões. Verifica-se esta pobreza franciscana e evolução desastrosa e parece que fica tudo satisfeito dizendo que são os outros e não há hombridade de olhar para a realidade e dizer que tem de se corrigir a gestão e não viver de forma artificial. É a 2.<sup>a</sup> Câmara que tem maior rácio de trabalhador/habitante, muito longe das restantes Câmaras do interior do país, e isto não aconteceu por qualquer desgraça que caiu em Mourão, logo não percebe este tipo de discurso dos maiores responsáveis por isso.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que alguém disse que o estado corta aos Municípios, mas com certeza é aos que não cumprem como é o caso de Mourão. O plano saneamento financeiro começou em 2009 e ainda não foi cumprido num único semestre. Mais referiu que a quem compete gerir e decidir se tem ou não que despedir pessoal é o Executivo. Finalmente recordou que tudo o que se diz relativamente às escolas são directivas que já vinham dos anteriores governo, o mesmo sucedendo com a crise. Também foi o anterior governo que pediu ajuda e assinou o memorando. Quando se pertence a um partido tem que se assumir as responsabilidades, mas tem de haver coerência que é chamá-los à razão para a causa que foram eleitos, e o Sr. Presidente teve muitas hipóteses de pedir a responsabilidades dos governos do seu partido relativamente ao não compromisso do financiamento das obras que referiu e nunca o fez.

O Sr. Rui Pereira para referir que o montante das transferências para o Município estão ao nível de 2006 e 2007, quando se está em 2013, sabendo-se do aumento do custo dos produtos e serviços. Mais referiu que só não vê as obras quem não quer ver, como as escolas, os parques infantis, piscinas, arruamentos, 2 zonas industriais em Mourão, e pergunta como é que se fazem investimentos sem empréstimos e com despesas diminutas? É preferível investir actualmente nos apoios sociais do que em investimentos. Os rácios de trabalhador/habitante estão inflacionados em virtude de terem passado muitos trabalhadores do ministério da educação para o Município, pois os funcionários têm diminuído. Finalmente referiu que em 2010 já havia crise por causa do PEC4 que foi chumbado para derrubar o governo.

O Sr. Joaquim Valadas para perguntar que obras são essas tão elevadas para um período de uma dúzia e meia de anos, que se contam pelos dedos de uma mão, para uma Câmara que recebia cerca de 800 mil contos? Diz-se que agora tem cortes, pois bem será porque entra em situações de incumprimento, o que seria evitado por uma boa gestão.



Também houve situações de haver verbas para uma verba que não se realizou, como já questionou uma vez, de 780 mil euros destinada à Circular Sul de Mourão, que foi respondido pelo Sr. Presidente que era necessária aplicar noutro lado. O mesmo tem sucedido com os empréstimos que são contratados para um fim e depois são aplicados noutro. Fala-se na transferência de pessoal do ministério mas também se sabe que vem verbas, cerca de meio milhão de euros, para esse fim, por isso não poder servir de desculpa com o aumento das dívidas.

O Sr. Presidente da Câmara para referir que membro utiliza os índices e os rácios que entende. Aqui mesmo na Granja se podem verificar algumas das muitas das obras feitas – cantina escola, arranjo da Igreja da Misericórdia, arranjo da barragem do baldio, foi alugada a herdade de câncer para apascentamento de gado, construíram-se novos furos, foi feita nova condução de água desde o depósito até à aldeia, foi arranjada a sociedade, foi arranjada e adquirido ar condicionado para esta casa do povo, foi adquirido o piso para o ringue, foram efectuados melhoramentos na praça de touros, foram alcatroadas todas as ruas da freguesia, foram reparados os prejuízos resultantes das intempéries de 2007, foi dado apoio à Cooperativa Agrícola para implementar uma linha de produção moderna, construção de instalações sanitárias, foi adquirido o antigo posto da GNR e cedido à Junta de Freguesia de Granja, construção da estrada para Valencita, construção de uma nova ETAR, etc.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para apresentar uma proposta do seguinte teor:

*"Apreciado mais um relatório relativo à execução do PSF firmado em 2009 pelo Executivo Camarário para obtenção de um empréstimo de 5,5 milhões de euros, conclui-se que:*

- a) Continua a agravar-se a situação financeira da Câmara Municipal;*
- b) Se mantém a situação de incumprimento do PSF.*

*Nestes termos, deverá a Mesa proceder como preceitua a Lei."*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Rui Pereira para referir que à Assembleia compete apreciar o Relatório apresentado, o que já foi feito, chegando à conclusão de que não está a ser cumprido, e que já enviado às entidades competentes, pelo que a proposta não faz sentido

O Sr. Francisco Oliveira para referir que a proposta mostra que deve haver decisão da Assembleia no sentido de enviar este Relatório às entidades da tutela, pelo que não vê motivo para que tal não aconteça.

O Sr. José Pedro dos Reis para referir que entende que a proposta pretende que se envie o extracto desta acta para aquelas entidades.



Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimentos, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida proposta à votação, tendo a mesma merecido aprovação, por maioria, com dezassete votos a favor, e um voto contra do Sr. Manuel Pereira.

**PERIODO ABERTO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum munícipe pretendia intervir, tendo solicitado a palavra, que lhe foi cedida, os senhores:

O Sr. Manuel José Frutuosa Quintas Canhoto para referir que é uma pessoa revoltada pois teve de deixar o país para ir trabalhar, já que no concelho não há qualquer hipótese de conseguir rendimentos para a família e colocou as seguintes questões:

- O que é feito à lenha que é produzida no perímetro florestal de Mourão?
- Por que razão não há qualquer investimento nas zonas industriais de Mourão, e não existe uma zona industrial na freguesia de Granja?
- O que pensa o Município fazer para alterar o problema do envelhecimento no concelho de Mourão?
- O que é o PAEL?

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos:

- O perímetro florestal de Mourão era pertença do Estado por decreto de 1961 e agora foi entregue ao Município pelos Serviços Florestais através da assinatura de um protocolo, do qual consta uma clausula que obriga o Município a conservar o mesmo durante determinado período de tempo, só após o qual o Município poderá usufruir da lenha, da pinha e do pinhão, bem como da lenha e da cortiça dos sobreiros que também lá estão plantados;

- A pedreira de xistos estava entregue à Soxisto a qual já deixou de laborar há quatro anos, tendo a partir desse momento sido ocupada por famílias de etnia cigana. Conseguiu-se agora por ordem do tribunal desocupar novamente aquele e está em curso um processo de levantamento do existente e tentativa de licenciar a pedreira para posterior averiguação da viabilidade da sua laboração;

- As zonas industriais em Mourão têm todas as condições para funcionar. mas a actual situação económica e financeira do país e das empresas parece ser obstáculo a investimentos, à excepção de um na zona industrial junto ao cemitério onde está a ser construída uma fábrica de produtos secos;

- Está prevista no PDM uma zona industrial na freguesia de Granja mas ainda não pode ser construída porque ainda foram adquiridos os terrenos aos proprietários.

- O concelho de Mourão como todos os restantes, nomeadamente os do interior do país, está realmente envelhecido, mas a situação só poderá ser alterada através da tomada



de políticas de desenvolvimento por parte da administração central ou até de políticas europeias.

O Sr. Presidente da Mesa para acrescentar que o problema do envelhecimento resolve-se de certa forma aumentando a natalidade, e que o problema não é só de Mourão, mas sim da Europa. O concelho de Mourão não é dos mais envelhecidos segundo as estatísticas, pois morrem muitos idosos. A natalidade também não aumenta porque as crianças que agora nascem poderão não ter emprego daqui a vinte anos. Assim a política para combater este problema terá que ter primeiro impacto ao nível do desenvolvimento que possa atrair as pessoas. Mais informou que o PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, é um programa criado pelo Governo, de mil milhões de euros, para emprestar aos Municípios, por um período de vinte anos, como uma taxa de juro bastante mais baixa do que a dum empréstimo aos bancos, para pagamento de dívidas com mais de 90 dias, com o intuito de injectar rapidamente dinheiro na economia local. O Município aderiu ao Programa, para um empréstimo de cerca de 1.350.000 euros, que já foi aprovado, faltando o visto do tribunal de contas. Finalmente informou que aderir a este programa o Município fica obrigado a uma série de regras e imposições a cumprir, e que o dinheiro, que será recebido por tranches, só poderá ser aplicado no pagamento das facturas que constam do plano aprovado.

A Sr.<sup>a</sup> Mayor dos Santos Caeiro Branco Oliveira para referir que não queria que o Sr. Presidente da Câmara deixasse o cargo sem lhe perguntar qual era, há vários, o montante do rendimento abaixo do qual uma família teria direito a ter trabalho tanto na Câmara como na Junta? Há anos o seu marido ficou sem trabalho e com diversos encargos e em Março dirigiu-se ao Sr. Presidente a pedir trabalho, tendo-lhe este respondido que em Julho ou Agosto lhe arranjará trabalho, mas até hoje tal não acontece e nem é já preciso pois está reformado, infelizmente por invalidez. Também se dirigiu ao Sr. Presidente da Junta a fazer o mesmo pedido e este respondeu que com o rendimento da sua família não tinha direito a trabalhar, mas o certo é que a famílias nas mesmas condições era dada essa possibilidade. Finalmente referiu que os senhores autarcas deveriam olhar para todas as famílias por igual e não favorecer os seus familiares.

O Sr. Presidente da Câmara para referir que o marido da senhora Mayor ainda trabalhou por conta da Câmara.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Granja para informar que não é a Junta nem a Câmara que determinam qual é esse montante mas sim o IEFP. Mais referiu que desde que está na Junta é Instituto do Emprego que selecciona as pessoas para os programas ocupacionais, de entre os inscritos nos centros de emprego e com períodos contributivos.



E, por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada esta sessão, eram 24,00 horas. Para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada, por \_\_\_\_\_, na sessão de 29 de Abril de 2013, e vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Primeiro-Secretário,

O Segundo-Secretário,

O Coordenador técnico, servindo de chefe de divisão,